

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 775.494 SANTA CATARINA

RELATOR	: MIN. TEORI ZAVASCKI
EMBTE.(S)	: LUIZ ANTONIO DA SILVA
ADV.(A/S)	: SILVIO LUIZ DE COSTA E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL DO TEMA RECONHECIDA NO RE 870.947 (REL. MIN. LUIZ FUX, TEMA 810). DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À ORIGEM, PARA APLICAÇÃO DA SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS, COM EFEITOS INFRINGENTES.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a Presidência do Senhor Ministro CELSO DE MELLO, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por unanimidade, em acolher os embargos de declaração, com efeitos infringentes, nos termos e para os fins indicados no voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

Ministro TEORI ZAVASCKI
Relator

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 775.494 SANTA CATARINA

RELATOR	: MIN. TEORI ZAVASCKI
EMBTE.(S)	: LUIZ ANTONIO DA SILVA
ADV.(A/S)	: SILVIO LUIZ DE COSTA E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S)	: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI (RELATOR):

Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão cuja ementa é a seguinte:

Ementa: PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA EM CONDENAÇÃO IMPOSTA À FAZENDA PÚBLICA. ART. 100, § 12, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ART. 1º-F DA LEI 9.494/1997, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.960/2009. DECLARAÇÃO PARCIAL DE INCONSTITUCIONALIDADE NAS ADIS 4.357 E 4.425. MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA NOS AUTOS DAS AÇÕES, REFERENDADA PELO PLENÁRIO. SUSPENSÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO. APLICAÇÃO DE ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA DIVERSO DO FIXADO PELO ART. 1º-F DA LEI 9.494/1997, SEM CONSIDERAR A SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DO JULGAMENTO DE MÉRITO DAS REFERIDAS AÇÕES DIRETAS. IMPOSSIBILIDADE.

1. Não obstante a declaração de inconstitucionalidade das expressões *índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e independentemente de sua natureza*, contidas no § 12 do art. 100 da CF/88 e no art. 1º-F da Lei 9.494/97, o relator para o acórdão das ADIs 4.357 e 4.425 deferiu medida cautelar,

RE 775494 AGR-ED / SC

determinando a (...) *continuidade aos pagamentos de precatórios, na forma como já vinham realizando*, medida ratificada pelo Plenário da Corte, a significar que, enquanto não modificada a decisão ratificatória, continua em vigor o sistema de pagamentos de precatórios na forma como vinham sendo realizados, não tendo eficácia, enquanto não ultimado o julgamento da proposta de modulação, as decisões de mérito tomadas pelo STF nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade 4.357 e 4.425.

2. O Plenário, no julgamento das ADIs 4.357 e 4.425, limitou-se a declarar a inconstitucionalidade dos juros de mora fixados pelo art. 1º-F da Lei 9.494/1997 em relação jurídico-tributária.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

Sustenta a parte embargante, em suma, que (a) a matéria versada no presente recurso é objeto de exame de Repercussão Geral sob o tema 810; e (b) impõe-se a reconsideração da decisão que negou provimento ao recurso para determinar a devolução dos autos ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em observância ao disposto no art. 543-B do CPC.

Instada a se manifestar, a parte embargada pleiteou a rejeição dos embargos declaratórios, aduzindo, em suma, que não houve omissão, obscuridade ou contradição no acórdão atacado, pretendendo o embargante rediscutir o mérito da lide, o que não é admissível.

É o relatório.

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 775.494 SANTA CATARINA

VOTO

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI (RELATOR):

1. Os embargos de declaração merecem ser acolhidos, com efeitos infringentes. Isso porque a discussão sobre a aplicação do índice de correção monetária e de juros de mora fixado pelo art. 1º-F da Lei 9.494/1997 teve a repercussão geral reconhecida pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal no RE 870.947-RG, Rel. Min. LUIZ FUX, Tema 810.

2. No que toca aos embargos de declaração que impugnam acórdãos proferidos em processos cuja repercussão geral do tema discutido já foi reconhecida por este Supremo Tribunal Federal, a Segunda Turma desta Corte, ao apreciar os AI 584.615-AgR-ED/RJ (Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe de 06/9/2011); AI 360.461-AgR-ED/MG (Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJe de 10/6/2011); e RE 598.182-AgR-ED-ED-ED/MG (Rel. Min. ELLEN GRACIE, DJe de 18/8/2011), decidiu pela anulação dos julgados para determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem (art. 543-B, CPC).

3. Diante do exposto, acolho os embargos de declaração, com efeitos infringentes, para tornar sem efeito a decisão monocrática e o acórdão, determinando a devolução dos autos ao Tribunal de origem, para os fins do art. 543-B do CPC. É o voto.



SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 775.494

PROCED. : SANTA CATARINA

RELATOR : MIN. TEORI ZAVASCKI

EMBTE.(S) : LUIZ ANTONIO DA SILVA

ADV.(A/S) : SILVIO LUIZ DE COSTA E OUTRO(A/S)

EMBDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL

Decisão: A Turma, por votação unânime, **acolheu** os embargos de declaração, com efeitos **infringentes, nos termos e para os fins** indicados no voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli. Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 29.09.2015.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli, em face da participação no III Congresso Internacional da Advocacia Estatal, Local e Federal, promovido pela Procuradoria-Geral da Cidade de Buenos Aires e realizado na Argentina.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco.

Ravena Siqueira
Secretária